



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO N° 303-30.590**

Processo nº : 13975.000244/96-04  
Recurso nº : 123.540  
Embargante nº : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL  
Embargada : Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Retifica-se o Acórdão 303-30.590.**

**ITR - VALOR DA TERRA NUA** - A autoridade administrativa competente poderá rever, com base em Laudo Técnico de Avaliação que se reporte à data do fato gerador do lançamento questionado, o Valor da Terra Nua - VTN, que vier a ser questionado. Previsão contida no § 4º do art. 3º da Lei n.º 8.847, de 28/01/94 e na Norma de Execução COSAR/COSIT/N.º 01, de 19/05/95.

**ITR – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL** - A teor do artigo 10, § 7º da Lei n.º 9.393/96, modificado pela Medida Provisória 2.166-67/2001, bastaria a simples declaração do contribuinte, para fim de isenção do ITR, respondendo o mesmo pelo pagamento do imposto e consectários legais em caso de falsidade. Nos autos, comprovou-se a referida área por meio de Certidão de Registro de Imóveis (na qual restou averbada a área de preservação permanente e reserva legal), bem como pela apresentação de Laudo Técnico. Nos termos da Lei n.º 9.393/96, não são tributáveis as áreas de preservação permanente e de reserva legal.  
**RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração interpostos por: **PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL**

**DECIDEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, proceder à rerratificação do Acórdão 303-30.590, para que conste do acórdão o voto que corresponde à decisão da Câmara, nos termos do voto do Relator.**

Brasília-DF, em 15 de setembro de 2004

**JOÃO HOLANDA COSTA**  
Presidente

**MILTON LUIZ BARTOLI**  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ANELISE DAUDT PRIETO, ZENALDO LOIBMAN, SÉRGIO DE CASTRO NEVES, NANCI GAMA, SILVIO MARCOS BARCELLOS FIÚZA e MARCIEL EDER COSTA. Esteve presente a procuradora da Fazenda Nacional ANDREA KARLA FERRAZ.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 303-30.590

Processo nº : 13975.000244/96-04

Recurso nº : 123.540

Embargante : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

Trata-se de novo julgamento dos presentes autos, tendo em vista Embargos de Declaração, opostos pela Procuradoria da Fazenda Nacional, acolhidos pelos Despachos de fls. 116/117.

Com o intuito de ilustrar o presente, adoto o Relatório de fls. 104/108, o qual passo a ler em sessão.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO N° 303-30.590

Processo n° : 13975.000244/96-04  
Recurso n° : 123.540

VOTO

Inicialmente, quer este Relator observar, que correta foi a observação da Procuradoria da Fazenda Nacional ao opor Embargos de Declaração, face à clara contradição manifesta no Acórdão 303-30.590, o qual cabe, ao presente julgamento, retificar.

Consoante o relato dos autos, o processo foi convertido em diligência afim de que o contribuinte apresentasse Laudo de Avaliação, que tivesse como data base 31/12/1994.

Contudo, o Laudo de fls. 95/100, firmado por profissional competente (com Anotação de Responsabilidade Técnica acostada aos autos), utiliza valores da data de 31/12/1993, o que não atende o pedido formulado em diligência.

Considerando os fatos expostos, não há como serem acatados os valores trazidos pelos Laudos Técnicos de Avaliação, uma vez que os mesmos não se reportam à data do fato gerador do lançamento questionado pelo contribuinte.

Ressalte-se ainda que é função e dever do julgador prolatar sua decisão em observância ao princípio da verdade material, não podendo pautar-se em presunções, como seria, se tomasse como base valores que não dizem respeito à época do lançamento em questão.

O Laudo de Avaliação que preencha os requisitos legais é o meio hábil para que a autoridade administrativa possa rever o VTN questionado pelo contribuinte, e, por se configurar em prova de fundamental importância para o deslinde dos casos em que esteja presente tal questionamento, o laudo técnico de avaliação deve fornecer elementos suficientes ao embasamento da revisão pleiteada pelo contribuinte.

Neste aspecto, por não se reportar o Laudo apresentado à data pertinente ao lançamento, não há como dar razão às alegações do contribuinte, não sendo, portanto, procedente o Recurso Voluntário, no que diz respeito à revisão do VTN.

Com relação à retificação do lançamento no que diz respeito às áreas de preservação permanente e de reserva legal, tendo em vista a comprovação por meio da Certidão de Registro de Imóveis juntada às fls. 62/63 e ainda pelas

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 303-30.590

Processo nº : 13975.000244/96-04  
Recurso nº : 123.540

informações prestadas no Laudo Técnico de fls. 95/100, assiste razão ao contribuinte, devendo o lançamento adequar-se de acordo com as áreas averbadas no Registro de Imóveis.

Impõe-se anotar que a Lei n.º 8.847, de 28 de janeiro de 1994,<sup>1</sup> dispõe serem isentas do ITR as áreas de preservação permanente e de reserva legal<sup>1</sup> previstas na Lei n.º 4.771/65.

Por sua vez, a citada Lei 4.771/65 (Código Florestal), dispunha na época em discussão, em seu artigo 44 (com redação dada pela Lei n.º 7.803, de 18 de julho de 1989), que a reserva legal deveria ser “averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Lei n.º 8.847, de 28 de janeiro de 1994

Art. 11. São isentas do imposto as áreas:

I - de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei n.º 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei n.º 7.803, de 1989;

II - de interesse ecológico para a proteção dos ecossistemas, assim declarados por ato do órgão competente - federal ou estadual - e que ampliam as restrições de uso previstas no inciso anterior;

III - reflorestadas com essências nativas.

<sup>2</sup> “Art.44 - Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, a exploração à corte raso só é permitida desde que permaneça com cobertura arbórea de, no mínimo, cinqüenta por cento de cada propriedade.

\* Artigo, “caput”, com redação dada pela Medida Provisória n. 1.511-14 de 26/08/1997 (DOU de 27/08/1997, em vigor desde a publicação).

\* O texto deste “caput” dizia:

“Art.44 - Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o Art.15, a exploração à corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.”

§ 1 - A “reserva legal”, assim entendida a área de, no mínimo, cinqüenta por cento de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, será averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área.

\* Primitivo parágrafo único transformado em § 1, com redação dada pela Medida Provisória n. 1.511-14 de 26/08/1997 (DOU de 27/08/1997, em vigor desde a publicação).

\* O parágrafo único possuía a seguinte redação:

“Parágrafo único. A reserva legal, assim entendida a área de, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 303-30.590

Processo nº : 13975.000244/96-04  
Recurso nº : 123.540

Antes do necessário registro da área no Cartório de Registro de Imóveis competente, poderá, em tese, o proprietário/possuidor dispor da cobertura arbórea, sem interferência do Poder Público (a menos que a autoridade competente o impeça).

Destacamos os esclarecimentos prestados pelo Professor Ambientalista, Dr. Paulo Affonso Leme Machado, em Comentários sobre a Reserva Florestal Legal, publicado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais no site [www.ipef.br](http://www.ipef.br):

"1.3 Na região Norte e na parte da região Centro-Oeste do país, enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração à corte raso, só é permitível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% (cinquenta por cento) da área de cada propriedade. Parágrafo único: a reserva legal, assim entendida área de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de cada propriedade, onde não é permitido o corte raso, deverá ser averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada à alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área" (art. 44 da Lei 4.771/65, com a redação dada pela Lei 7.803/89).

.....  
4. Área da reserva e cobertura arbórea.

A área reservada tem relação com "cada propriedade" imóvel e, assim, se uma mesma pessoa, física ou jurídica, for proprietária de propriedades diferentes, ainda que contiguas, a área a ser objeto da Reserva Legal será medida em "cada propriedade" (art. 16 "a" e art. 44, "caput", ambos da Lei 4.771/65). Há diferença de redação entre a reserva florestal legal da região Norte e do resto do país no que se refere ao processo de escolha da área a ser reservada. O art. 44 silencia sobre quem pode escolher a área, sendo que o art. 16, "a", diz "... da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente". Assim, o art. 44 possibilita o proprietário localizar a área a ser reservada, sendo que nos casos do art. 16, será a autoridade

---

margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área.

\* Parágrafo acrescido pela Lei n.º 7.803, de 18 de julho de 1989."

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO N° 303-30.590

Processo n° : 13975.000244/96-04  
Recurso n° : 123.540

competente, que indicará a área, com base em motivos de gestão ecologicamente racional." (destaques não constam do original)

Nota-se, portanto, que o registro da área a ser reservada legalmente não é mera circunstância, e sim exigência legal, para que possa haver controle sobre a mesma.

Não obstante, diante da modificação ocorrida no artigo 10, § 7º da Lei n.º 9.393/1.996, através da Medida Provisória n.º 2.166-67/2001 (anteriormente editada sob dois outros números), bastaria a simples declaração do interessado para gozar da isenção do ITR relativa às áreas de que tratam as alíneas "a" e "d" do inciso II, § 1º do mesmo artigo<sup>3</sup>.

Neste particular, desnecessária uma maior análise das alegações do contribuinte, até porque, ainda que imprescindível para aproveitamento do benefício da isenção, a área em questão fora devidamente averbada no competente Registro de Imóveis, posto que, merece ser provido neste aspecto o Recurso Voluntário.

Por tais razões, conheço do presente recurso voluntário para lhe dar provimento parcial, nos termos acima mencionados.

Isto posto, acolho os Embargos de Declaração, para que conste o presente voto em retificação ao Acórdão 303-30.590.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 2004

  
MILTON LUIZ BARTOLI - Relator

<sup>3</sup> "Art. 10. ....

§ 1º ....

I - ....

II - ....

a) de preservação permanente e de reserva legal, previstas na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com a redação dada pela Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989;

b) ....

c) ....

d) as áreas sob regime de servidão florestal.

§ 7º A declaração para fim de isenção do ITR relativa às áreas de que tratam as alíneas "a" e "d" do inciso II, § 1º, deste artigo, não está sujeita à prévia comprovação por parte do declarante, ficando o mesmo responsável pelo pagamento do imposto correspondente, com juros e multa previstos nesta Lei, caso fique comprovado que a sua declaração não